

RESPOSTA À COVID-19 COM CONTAS CERTAS

Rastreio em Nampula constata má qualidade das obras e diferenças entre valores fixados nas placas e declarados pelas Obras Públicas

- Depois da reunião de disseminação dos resultados finais do trabalho de rastreio da despesa pública no âmbito iniciativa “Resposta à Covid-19 com Contas Certas” na província da Zambézia, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) realizou, no dia 13 de Agosto, um evento similar em Nampula. No encontro que juntou representantes da sociedade civil, do governo e parceiros de cooperação representados pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), foi apresentado o trabalho de verificação física de infra-estruturas e acções intervencionadas pelo governo central no âmbito da prevenção da Covid-19.





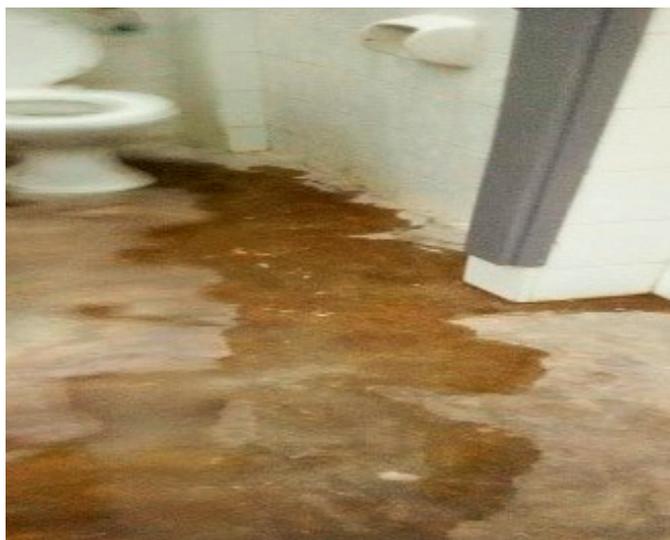
Em Nampula, o rastreio da despesa pública incidiu sobre 11 distritos, nomeadamente Angoche, Mogincual, Nacala-a-velha, Malema, Mecubúri, Ribáuè, Rapale, Murrupula, Mogovolas, Mossuril e Nampula. O trabalho passou em revista os progressos registados na construção e reabilitação de infra-estruturas de saúde e sanitários escolares, com vista a assegurar não somente que todo o dinheiro colocado à disposição do governo local para mitigar os efeitos da pandemia está a ser efectivamente aplicado para os fins a que foi destinado, mas também verificar a coerência e efectividade da resposta à pandemia da Covid-19.

A metodologia consistiu na verificação física quantitativa e qualitativa dos empreendimentos, incluindo a verificação do caderno de encargos, o grau execução conforme o plano pré-estabelecido, a conclusão e entrega das obras, a aceitabilidade pelas autoridades competentes e a verificação de relató-

rio fiscal de obras.

No ano de 2020, depois de recebidos os fundos da comunidade de doadores, o governo central disponibilizou para a província de Nampula um orçamento de 605.488.938,02 de meticais. Deste valor, 577.513.670,64 meticais foram aplicados no sector de educação para a construção e reabilitação de sistemas de abastecimento de água e sanitários escolares; e 27.975.267,38. Meticais foram aplicados no sector da saúde para serviços de transporte, comunicação e construção de centros de isolamento de doentes com Covid-19.

Para o sector da educação, o governo planificou intervencionar um total de 122 infra-estruturas, das quais 95 escolas secundárias do primeiro e segundo ciclos, 21 centros internatos, três lares e três institutos de formação de professores. No sector da saúde, para além das actividades de vigilância epidemiológica e comunicação, foram reabili-



tados centros de isolamento da UNILÚRIO, Missão da Graça e do Centro de Saúde Urbano de Nacala.

Além da falta de transparência na gestão de fundos públicos, caracterizada pela ausência de cadernos de encargo e relatórios fiscais de obras, constatou-se que algumas obras foram rejeitadas pelas direcções de escolas devido à má qualidade. Por exemplo, as obras executadas na Escola Secundária de Angoche, localizada no distrito com mesmo nome, foram entregues à direcção da escola com problemas de fuga de água nos sanitários; os balneários do Centro de Reintegração e Educação Inclusiva de Anchilo, distrito de Nampula, foram rejeitadas pela direcção da escola devido a má qualidade do revestimento do pavimento; as obras feitas no Centro de Saúde Urbano de Nacala foram rejeitadas pelos Serviços Provinciais de Saúde devido à má qualidade.

Houve registo de empreiteiros que abandonaram a execução de obras sem nenhuma explicação prévia, obras entregues de forma provisória, sanitários foram entregues sem que tivesse sido montada a canalização para o abastecimento de água, falta de envolvimento de dirigentes locais nos processos.

Um outro aspecto constatado é a diferença entre o valor que consta das placas de identificação das obras e o valor apresentado nos documentos do Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. E o caso dos lotes sobre a reabilitação e construção de sistemas de abastecimento de água e sa-

nitários escolares nos distritos de Angoche, Ilha de Moçambique, Larde, Liúpo, Mogincual, Moma, Nacala – Porto e Nacala-a-velha, e do lote 8 para a cidade de Nampula.

Depois da apresentação das constatações do FMO, o governo, representado pela Direcção de Serviços Provinciais de Economia e Finanças, Direcção Provincial de Obras Públicas, da Saúde e Acção Social, prometeram aprofundar os casos para encontrar respostas sobre os factores que ditaram a fraca qualidade das obras feitas no âmbito da prevenção da Covid-19.

Houve registo de empreiteiros que abandonaram a execução de obras sem nenhuma explicação prévia, obras entregues de forma provisória, sanitários foram entregues sem que tivesse sido montada a canalização para o abastecimento de água, falta de envolvimento de dirigentes locais nos processos



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: FMO</p> <p> Rua de Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo</p> <p> +258 21 085 797 info@cddmoz.org www.cddmoz.org</p> <p> @CDD_Moz @CDDMoz @CDD_Moz</p>	<p> www.fmo.org.mz fmomozambique@gmail.com</p> <p> FMO.Mozambique @FMO_Moz</p> <p> Youtube</p>